



Aldeia  
Tabelionato

**OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E  
TABELIÃO DE NOTAS - DISTRITO DE ALDEIA -  
COMARCA DE BARUERI  
ESTADO DE SÃO PAULO**

Rua General de Divisão Pedro Rodrigues da Silva, nº 400, 2º piso,  
Aldeia, Barueri-SP, CEP 06440-180

**RAQUEL BORGES ALVES TOSCANO**  
OFICIAL/TABELIÃ

**NOTÍCIA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS  
(Conforme Provimento CGJ nº 16/2025, item 133.9, III)**

O Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas do Distrito de Aldeia, Comarca de Barueri/SP, no exercício de suas atribuições legais, informa aos titulares de dados pessoais – usuários, clientes, representantes, empregados, prestadores de serviços e demais interessados – sobre a forma, finalidade e fundamentos legais utilizados para o tratamento de dados pessoais no âmbito desta serventia extrajudicial, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), do Provimento CGJ nº 23/2020, e do Provimento CGJ nº 16/2025, especialmente item 133.9, III.

**1. Finalidade do tratamento**

O tratamento de dados pessoais realizado por esta serventia decorre exclusivamente da finalidade pública atribuída aos serviços notariais e de registro, nos termos:

- do art. 236 da Constituição Federal;
- da Lei nº 8.935/1994, especialmente artigos 6º e 7º;
- da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos);
- das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

Os dados pessoais são tratados para:

*anotat*



- execução de atos notariais e registrais;
- cumprimento de deveres legais e normativos;
- atendimento a requisições de autoridades e órgãos públicos;
  - garantia da publicidade, segurança, autenticidade e eficácia dos atos jurídicos;
  - manutenção de registros, documentos, livros e bases de dados oficiais;
  - preservação da integridade, confiabilidade e rastreabilidade das operações.

Nos termos do artigo 7º, II e III, da LGPD, não há necessidade de consentimento do titular, pois o tratamento decorre de obrigação legal e do exercício da atividade pública delegada.

## **2. Bases legais**

O tratamento é fundamentado em:

- obrigação legal ou regulatória pelo controlador (art. 7º, II, LGPD);
- execução de políticas e serviços públicos (art. 7º, III, LGPD);
- exercício regular de direitos (art. 7º, VI, LGPD);
- prevenção à fraude e segurança dos atos (art. 11, II, "a", LGPD quando envolver dados sensíveis).

## **3. Dados pessoais utilizados**

Dependendo do ato praticado, podem ser tratados, entre outros:

- Nome completo
- RG, CPF, CNH ou outro documento oficial
- Data e local de nascimento
- Filiação
- Nacionalidade e naturalidade
- Estado civil
- Profissão
- Endereço residencial e profissional

*front*



- Telefones e e-mails
- Dados constantes em certidões públicas
- Informações do cônjuge ou convivente
- Dados biométricos (quando aplicável, ex.: reconhecimento digital e e-notariado)
- Indicação de Pessoa Exposta Politicamente (PEP), quando exigido por norma legal
- Outros dados necessários ao cumprimento da finalidade do ato

Todos os dados tratados são estritamente os necessários, conforme item 133.9, II, das NSCGJ/SP.

#### **4. Forma e duração do tratamento**

O tratamento ocorre por meios:

- físicos, com guarda em livros obrigatórios;
- digitais, com armazenamento em sistemas próprios e plataformas oficiais (e.g., e-Notariado, CENSEC, CRC, Selo Digital etc.).

Os dados:

- não são descartados, salvo quando permitido por norma específica;
- permanecem arquivados por prazo legal, garantindo fé pública, integridade e rastreabilidade.

#### **5. Compartilhamento**

Os dados poderão ser compartilhados com:

- Autoridade Judiciária
- Ministério Público
- Secretaria da Fazenda
- Receita Federal
- COAF
- Colégio Notarial do Brasil (e-Notariado / CENSEC)
- Órgãos públicos autorizados

*Assinatura*



- Outras serventias extrajudiciais, conforme provimento aplicável
- Entidades fiscalizadoras
- Plataformas de registro e centrais eletrônicas

O compartilhamento ocorre somente quando previsto em lei ou norma.

#### **6. Direitos do titular**

O titular tem direito a solicitar, mediante requerimento:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados pessoais;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- informação sobre compartilhamento;
- explicação sobre fundamento legal do tratamento.

Não há eliminação de dados, pois a serventia está sujeita ao dever de guarda e à finalidade pública (art. 16 da LGPD).

As respostas são fornecidas gratuitamente, em prazo razoável e por meio seguro, conforme itens 141 a 142 das NSCGJ/SP.

#### **7. Segurança e confidencialidade**

A serventia adota:

- controle de acesso;
- confidencialidade por parte dos colaboradores (mediante termo assinado);
- medidas técnicas e administrativas de proteção;
- mecanismos de prevenção a incidentes;
- políticas de privacidade e governança;
- atendimento às diretrizes do Provimento CGJ nº 16/2025 (item 152 e seguintes).

Qualquer violação às políticas internas sujeita o colaborador a sanções administrativas.

*Assinatura*



**Aldeia  
Tabelionato**

**8. Encarregado pelo tratamento de dados (DPO)**

O canal oficial para solicitações, dúvidas e requisições é:

**Roberta Francisco**

Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais – DPO  
E-mail: faleconosco@aldeiatabelionato.com.br

Endereço: Rua General de Divisão Pedro Rodrigues da Silva, nº 400, 2º piso, Aldeia, Barueri/SP

Contato telefônico: (11) 4197-9111

**BARUERI-SP, 01 DE DEZEMBRO DE 2025**

  
**RAQUEL BORGES ALVES TOSCANO**  
OFICIAL/TABELIÃ